



Empoderamento feminino, educação e a construção de sistemas alimentares agroecológicos: Um relato sobre o projeto Escola Permacultural.

Female empowerment, education and the construction of agroecological food systems: An account of the Permacultural School project.

DONATI, Roberta¹; SARCINELLI, Juliana²

¹ Instituto Permacultura Lab, robertadpvg@gmail.com; ² Instituto Permacultura Lab, julianasarcinelli93@gmail.com

Eixo temático: Mulheres, Feminismos e Agroecologia

Resumo: Este trabalho se dispõe a discutir a educação agroecológica como caminho para a construção de um sistema alimentar mais justo e a influência do empoderamento da mulher na agricultura urbana para que esse caminho seja trilhado. Este estudo foi realizado a partir da análise dos resultados do projeto Escola Permacultural no ano de 2018, que consiste em uma disciplina de permacultura oferecida para a 1ª série do ensino médio de uma escola estadual da zona oeste do Rio de Janeiro. A partir da análise de suas metodologias e práticas, foram aprofundados questionamentos sobre o papel do homem e da mulher na conjuntura atual do trabalho na agricultura. Por fim, o texto explora a importância da soberania alimentar e dos saberes incorporados pelos estudantes, a partir da construção do saber agroecológico, na produção de alimentos e da compostagem dos resíduos orgânicos no cotidiano escolar.

Palavras-chave: Agroecologia; Empoderamento; Educação; Valorização.

Keywords: Agroecology; Empowerment; Education; Appreciation.

Introdução

O presente estudo aborda as experiências trazidas pelo projeto Escola Permacultural, e traz reflexões sobre a influência da educação com base nos princípios da agroecologia e da permacultura, para o empoderamento da mulher, bem como as consequências desse processo para o desenvolvimento de um sistema alimentar mais justo e para o fortalecimento da agricultura urbana.

O Projeto consiste em uma disciplina de permacultura oferecida para a 1ª série do ensino médio do CIEP Raul Ryff. O CIEP localiza-se no bairro de Paciência, Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. A Zona Oeste é uma região marcada por realidades contrastantes de significativa desigualdade social, apresentando o menor IDH do município, segundo o IBGE (2010), além de sérios problemas ambientais. A precarização do sistema público de ensino, o predomínio de um modelo educacional reducionista, que não estimula o empoderamento dos estudantes, além da falta de acesso dessa população ao estudo sobre assuntos como agroecologia, segurança alimentar, gestão de resíduos sólidos e sustentabilidade, dificulta que os mesmos possam desenvolver ações que melhorem sua qualidade de vida e sejam capazes de contribuir para a transformação da realidade local.



Desse cenário, surge a oportunidade de desenvolver o projeto em um Centro Integrado de Educação Pública (CIEP). Os CIEPs da Zona Oeste, em sua maioria, apresentam um espaço aberto abundante, que acabam se tornando ociosos pela falta de investimentos públicos. Tendo esse fato em vista, esses centros se tornam um espaço fértil para a aplicação teórico-prática da agroecologia no contexto urbano, visando assim a construção de uma sociedade mais saudável e soberana.

A educação ambiental crítica para o empoderamento feminino

A pedagogia da disciplina se baseia nos conceitos da educação ambiental crítica, que trabalham a reflexão e participação ativa dos estudantes sobre a realidade em que estão inseridos. Dessa forma, a educação ambiental revela-se como uma dimensão do processo educativo voltada para a participação de seus atores na formulação de um novo paradigma que contemple os anseios populares de um ambiente saudável e melhor qualidade de vida socioeconômica (Guimarães, 2013).

De acordo com Ariel Nascimento (2017), uma abordagem feminista visa a conscientização, ou seja, apontar e extinguir as estruturas opressivas. Para isso, é necessário integrar o olhar feminista à educação, sobretudo na esfera ambiental, uma vez que a mesma lógica que culmina no desenvolvimento insustentável, por meio de um modelo econômico exploratório e depredativo, é aquele que explora os corpos marginais, objetificando grupos étnicos e todo gênero que não opera de acordo com a moral patriarcal.

No artigo de Moranhas (2014), é feita uma análise por uma perspectiva dos conceitos da Economia Feminista, a qual aponta a invisibilidade do trabalho feminino no pensamento neoclássico e marxista (NOBRE, 2002). Há uma construção histórica de que o trabalho feminino serve de apoio ao masculino, sendo conseqüentemente, desvalorizado.

O conceito da propriedade privada, em nossa sociedade patriarcal, historicamente se entranhou nas relações sócio-culturais, expandindo-se inclusive sobre os corpos. Seja por uma relação de classe, seja por uma questão de gênero. Da perspectiva feminista, a agroecologia se mostra uma ferramenta para o questionamento e a construção de uma equidade real.

Sob uma perspectiva feminista, a experiência do projeto Escola Permacultural mostra que através da educação ambiental crítica, a agroecologia é um instrumento capacitador para mulheres e conseqüentemente empoderador: para a (auto)valorização do trabalho feminino, para a inclusão saudável nas relações sócio-econômica-culturais e para o fomento do protagonismo feminino em todas as esferas da sociedade.

O estudo presente tem como objetivo identificar, através de um estudo de caso sobre o projeto Escola Permacultural, a importância da inserção de práticas



agroecológicas no contexto escolar e sua potencialidade para o empoderamento de mulheres a partir da autonomia que estas práticas proporcionam para a construção de sistemas alimentares mais justos.

Metodologia

O estudo foi elaborado com base no Projeto Escola Permacultural, que consiste em uma disciplina de permacultura para a 1ª série do ensino médio do CIEP Raul Ryff, localizado no bairro de Paciência, na periferia da cidade do Rio de Janeiro.

O projeto foi criado pelo Instituto Permacultura Lab, que elaborou uma metodologia para trabalhar em escolas uma educação ambiental comprometida com a transformação das realidades locais e com o empoderamento e valorização dos estudantes. Essa metodologia se fundamenta nos princípios teóricos da pedagogia popular de Paulo Freire e da educação ambiental transformadora, que foram unidos aos princípios éticos e técnicos da permacultura. No ano de 2018, o projeto foi adotado em duas turmas da 1ª série do ensino médio, contemplando 110 pessoas, sendo 80 estudantes, 30 professores e funcionários. A disciplina foi inserida no currículo escolar e possui duas horas/aula semanais, durante todo o ano letivo. Baseia-se em uma proposta pedagógica teórico-prática que integra as matérias do currículo escolar de maneira interdisciplinar, além de buscar o desenvolvimento da autonomia e da criatividade dos estudantes, por meio de atividades que estimulam reflexões sobre problemáticas socioambientais e a construção coletiva de soluções. Trabalhando de forma integral os princípios e técnicas trazidos pela Permacultura e Agroecologia, os principais temas estudados foram: Introdução à Permacultura; Introdução à Agroecologia; Questões de Gênero; Ancestralidade e conhecimentos das comunidades tradicionais; Comunicação não violenta; Yoga; Gestão de resíduos sólidos; Saneamento ecológico; Alimentação saudável.

Em conjunto a toda implementação prática, eram feitos círculos de diálogo e discussão, nos quais foram desenvolvidos os outros temas. Transversalmente, as temáticas apresentadas dialogavam entre si em todas as aulas. Dessa forma foi recorrente a presença do assunto do empoderamento e da conscientização da realidade agrícola, principalmente urbana.

Os SAFs foram introduzidos em 4 aulas, onde foram apresentados os conceitos, benefícios e técnicas, foi feito um planejamento coletivo para o delineamento dos SAFs e a escolha de espécies e os consórcios entre elas, além da preparação do terreno e plantio dos consórcios planejados. Foram plantadas árvores, ervas e sementes de diversas culturas e desde o fim de 2018 a produção está no processo de certificação orgânica pelo Sistema Participativo de Garantia (SPG).

A perspectiva feminista no projeto se deu de forma constante, fundamentada pelo estudo da literatura sobre o assunto. O projeto conta com o protagonismo feminino para a elaboração e realização das atividades. Foram abertas rodas de discussão,



no início do ano letivo, ressaltando a importância da construção conjunta do lugar de fala e prática feminina. Nessa atividade, foi aberto o espaço de diálogo onde as estudantes se sentiram à vontade para compartilhar com o grupo situações opressivas do cotidiano, como na família e demais relações. Os meninos também apontaram estruturas patriarcais nocivas à sociedade.

A metodologia do presente estudo contou com a observação e comparação do comportamento e do protagonismo das meninas e meninos durante as práticas agroecológicas e os relatos de interesse pelas atividades executadas ao longo do período de aulas.

Resultados e Discussão

Ao todo foram realizadas 30 aulas, totalizando mais de 120 horas de atividades da Escola Permacultural. Durante esse processo, foram estabelecidas também parcerias institucionais com universidades e movimentos sociais, ampliando a capacidade de análise e o alcance do projeto.

A produção do SAF foi inserida ao cotidiano da escola servindo alimentos e temperos agroecológicos, tendo a expectativa de aumento gradual conforme o plantio se amadureça. É esperada também uma maior adesão da comunidade escolar e aprofundamento das temáticas com o decorrer dos anos.

Foi possível observar que ao longo do ano as mulheres de toda a cadeia de ensino (estudantes, professoras e funcionárias) foram se apropriando das práticas que antes eram realizadas majoritariamente pelos homens, se tornando mais ativas e participativas. Ainda assim, os trabalhos tidos como mais “pesados” foram realizados principalmente pelos meninos. Esse cenário permitiu e permite uma discussão ampla da percepção da fragilidade e desvalorização do trabalho feminino. É notório uma dicotomia entre a proteção ao sexo feminino - simpaticamente visto na nossa cultura como cavalheirismo e outras “gentilezas” que isolam e incapacitam a ação igualitária da mulher - e a desvalorização do trabalho feminino. Essa dicotomia implica na inconsciente percepção de menor capacidade do sexo feminino para a realização das tarefas que demandam maior esforço físico. Dentro desse quadro, foi observado que as estudantes mulheres não se sentiam tão à vontade de realizar as atividades tidas como “pesadas”.

Reproduz-se dessa forma a invisibilidade do trabalho feminino na agricultura urbana, podendo ser expandido a outras atividades. As estudantes mulheres se dedicaram em maior parte do tempo na colheita, na confecção de placas e na organização do espaço, trabalhos fundamentais, porém, tidos como coadjuvantes, ou de menor valor. Diante disso, observa-se que há uma necessidade social de não naturalizar o trabalho do cuidado como uma responsabilidade das mulheres, pois essa ideia acaba violando o direito de escolha da mulher sobre os papéis que querem assumir



tanto na agricultura e na produção como em outros aspectos de suas vidas e do mundo, reproduzindo a sobrecarga de trabalho sobre as mesmas (I Enau, 2015).

É possível identificar por meio dessa análise e pela leitura bibliográfica, uma posição secundária das mulheres nas atividades estabelecidas. Em contrapartida, foi ressaltado em 2 relatos por estudantes mulheres a importância das rodas de diálogo e das atividades práticas. Os conceitos agroecológicos e feministas se mostram como uma ferramenta efetiva para a identificação desses padrões e a reconstrução desses valores a nível prático e reflexivo na formação de todos os estudantes.

Conclusões

A partir deste estudo de caso, pode-se concluir que o conhecimento e as práticas agroecológicas tem grande potencialidade para o empoderamento feminino e, conseqüentemente, para a construção de sistemas alimentares mais justos. Visto isso, é necessário que as práticas agroecológicas educacionais sejam embasadas pela perspectiva feminista, possibilitando a reconstrução de valores sociais que se reproduzem em diferentes categorias e acabam dificultando a soberania e autonomia alimentar nos territórios urbanos.

Referências bibliográficas

FARIAS, Nalu. NOBRE, Mirian (org): **Economia Feminista**. São Paulo: SOF, 2002.

GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na educação**. Campinas: Papyrus, 2013.

MORONHAS, Maitê; SCHOTTZ, Vanessa; CARDOSO, Elisabeth. **Agroecologia, trabalho e mulheres**: Um olhar a partir da Economia Feminista. Recife: 18° REDOR - Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações Gênero, 2014.

NASCIMENTO, Ariel. **A questão do gênero e sua influência na educação ambiental**. Santa Catarina: Diversidade, multiculturalismo, interculturalidade e Educação em Ciências, 2017.

SILVA, Luiza Carolina; FREITAS, Karine Pereira; SILVA, Thayná Vanessa; SILVA, Mylena Raiza dos Santos; SILVA, Luana Cristine Ferreira; JALIL, Laeticia Medeiros. **Uma experiência prática para a autonomia feminina através da agricultura urbana com base agroecológica**. Brasília: Cadernos de Agroecologia, 2017.

Mulheres Construindo Agroecologia Urbana. Rio de Janeiro: I ENAU- Encontro Nacional de Agricultura Urbana, 2015.

Cadernos de Agroecologia – ISSN 2236-7934 - Anais do XI Congresso Brasileiro de Agroecologia, São Cristóvão, Sergipe - v. 15, no 2, 2020.

XI CBA
Congresso
Brasileiro de
Agroecologia
Ecologia de Saberes:
Ciência, Cultura e Arte na
Democratização dos
Sistemas Agroalimentares



Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico**, 2010.